



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento do PAC da Saúde, no Palácio do Planalto

# Avanço ameaçado (?)

O Mais Saúde, nome dado ao Programa de Aceleração do Crescimento para o setor, foi lançado como uma perspectiva de revolução da saúde pública brasileira. O presidente da República anunciou, antes mesmo de seu lançamento oficial, que o programa acabaria com as filas de espera no SUS para exames de alta complexidade, como os procedimentos rotineiros do tratamento do câncer. O investimento proposto é de R\$ 88,6 bilhões até 2011. Mas a maior parte dos recursos, cerca de R\$ 24 bilhões, ficou comprometida com

a suspensão da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Na segunda quinzena de dezembro, o clima de disputa político-partidária acompanhada pelos noticiários prevaleceu no Senado, que barrou a manutenção do imposto. A derrota do governo federal veio em seguida à cerimônia de lançamento do Mais Saúde, em Brasília, enquanto o Ministério ainda comemorava a aprovação da Emenda Constitucional 29, que estabelece o que são ações de saúde, garantindo a melhor aplicação dos recursos.

Para o presidente do Conselho Nacional de Secre-

# Mais saúde para mais brasileiros



**MAIS SAÚDE**  
DIREITO DE TODOS

Marketing pesado: programa promete revolução na saúde pública

tários de Saúde (Conass), Osmar Terra, esse é o resultado de uma rixa política que não deveria afetar a Saúde. “A Saúde é um tema suprapartidário, não deveria pagar o pato”, afirmou. Osmar Terra chegou a propor a alguns deputados e senadores a criação de uma nova contribuição provisória, nos mesmo moldes da extinta CPMF, como garantia dos recursos para a Saúde. Segundo ele, a saúde necessita de uma nova fonte de recursos imediata, não podendo esperar a aprovação da reforma tributária. Mas o governo descartou a reedição do imposto.

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, acena com os cortes que o go-

“Vamos fazer uma revolução com o PAC da Saúde e trazer, por exemplo, a experiência das equipes do Programa Saúde Família para dentro das escolas públicas com dentistas, oculistas e consultas médicas para cada um dos alunos”

PRESIDENTE LULA

verno terá de fazer para equilibrar o Orçamento Geral da União, com a perda de R\$ 40 bilhões que viriam da CPMF. Segundo ele, todos terão que contribuir mesmo com os R\$ 10 bilhões estimados com a elevação das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Outros R\$ 10 bilhões virão do aumento de arrecadação, proveniente do crescimento da economia. E o restante, R\$ 20 bilhões, dos cortes no orçamento. “Os cortes não atingirão os investimentos prioritários”, garantiu.

De acordo com nota oficial do Ministério, o Mais Saúde estabelece um planejamento estratégico a partir do diagnóstico profundo da situação do SUS. As metas para os próximos quatro anos foram instituídas pela identificação de falhas assistenciais.

Hoje, o programa é uma promessa de avanço, mas que está comprometida por um orçamento que não é suficiente para que seja cumprida. O ministro da Saúde, Temporão, no entanto, assegurou que os recursos regulares do orçamento do Ministério da Saúde estão garantidos constitucionalmente, e que não há risco de colapso ou de interrupção de atividades. “Estamos avaliando a situação e mapeando as medidas, porque este governo tem compromisso com saúde pública e com as políticas sociais, além do crescimento econômico, e não vai abrir mão desse compromisso”, enfatizou. Resta saber quais serão as alternativas para recompor o orçamento do programa, ou quais propostas serão afetadas. Segundo a secretária-executiva do Ministério da Saúde, Márcia Bassit, até o momento, fica oficialmente suspenso apenas o reajuste da tabela do SUS, que previa gastos adicionais de R\$ 5 bilhões nos próximos quatro anos.



Fátima Stuckert/AgCamara

Temporão apresentou o programa às vésperas da votação para prorrogação da CPMF no Senado Federal: derrota política compromete as propostas

## AS METAS PARA A SAÚDE

Os recursos estão vinculados a metas e incluem prêmios aos estados e municípios que atingirem os objetivos. O objetivo do programa é reduzir filas nos hospitais, melhorar a qualidade e ampliar serviços na rede pública, com ênfase na gestão. Para isso, foi estruturado em quatro pilares básicos: Promoção e Atenção à Saúde; a Família no Centro da Mudança; Ampliação do Acesso com Qualidade; Gestão, Trabalho e Controle Social; e Desenvolvimento e Inovação em Saúde.

O primeiro envolve ações de saúde para toda a família, desde a gestação até os idosos. O segundo qualifica os profissionais e gestores, forma recursos humanos para o SUS e garante instrumentos para o controle social e a fiscalização dos recursos. O terceiro reestrutura a rede, cria novos serviços, amplia e integra a cobertura no Sistema Único de Saúde. O quarto trata a saúde como um importante setor de desenvolvimento nacional, em produção, renda e emprego.

“A Saúde precisa de recursos. Temos uma proposta do País, uma proposta de desenvolvimento”

JOSÉ GOMES TEMPORÃO,  
ministro da Saúde

Outra característica do programa é a intersetorialidade. Pela primeira vez, a responsabilidade pela saúde é distribuída a outros ministérios. A intenção é envolver, cada vez mais, outros ministérios, como o da Educação e o do Trabalho, além de áreas sociais, nos debates sobre saúde e prevenção. Nas palavras de Temporão: “É a Saúde definitivamente tratada como questão de Estado”.

Entre as ações previstas, destaca-se o aumento do número de equipes do Programa Saúde da Família, que atualmente conta com 29 mil equipes,

que prestam assistência a 90 milhões de brasileiros. A meta é chegar a 40 mil equipes de médicos, enfermeiros e auxiliares para atender a 130 milhões de pessoas, até 2011. A proposta é que o serviço chegue às escolas públicas, o que permitiria que todos os alunos sejam examinados regularmente por especialistas, pelo menos duas vezes ao ano. Uma medida que pretende acabar com problemas de visão ou audição, que, entre tantos outros, prejudicam o rendimento escolar.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) deverá ser ampliado, com mais 4,2 mil ambulâncias, além de dez helicópteros e 14 embarcações (*ambulanchas*), que farão o atendimento das populações ribeirinhas. Atualmente, o serviço conta com 2.158 ambulâncias para atender a 1.066 municípios. O Programa Brasil Sorridente poderá ser ampliado com mais 8 mil equipes em todo o País. No Farmácia Popular com mais 600 farmácias populares. E o número de medicamentos passaria de 9 para 25. Hoje, são 388 unidades funcionando em 311 municípios.

Está prevista ainda a modernização física de 75% dos laboratórios da Rede Nacional de Produção de Medicamentos e o aumento em 50% da oferta de medicamentos, produzidos pelos 19 laboratórios oficiais. O ministro lembrou que, no Brasil, 25% do mercado farmacêutico, 80% do mercado de vacinas e 50% do mercado de material médico hospitalar é público, e que, por isso, pretende usar o poder de compra do Estado, para, junto com o BNDES e com os setores privado e público, estabelecer um programa de redução de importações de produtos que já podem ser produzidos internamente. Atualmente, o setor representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma das riquezas produzidas no País.

O programa abrange também a criação de 132 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que deverão funcionar 24 horas por dia, nos sete dias da semana. O Ministério da Saúde estima que sete em cada dez pacientes que procuram hospitais buscam apenas atendimento ambulatorial, ou seja, poderiam ser atendidos em unidades de menor complexidade, reduzindo as filas.

Na qualificação da rede, o programa pretende formar 110 mil gestores, especializar 52 mil profissionais de nível superior que trabalham no Programa Saúde da Família e capacitar mais 260 mil técnicos.

Rubem Silva/MS



Plano inclui 4,2 mil novas ambulâncias

## O CONTROLE DO CÂNCER

Entre as medidas específicas para o controle do câncer está a implantação de 20 novas Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (UNACONS) até 2011. As Unacons são unidades de saúde estruturadas para oferecer assistência integral ao paciente de câncer. Cada unidade é capaz de oferecer boa cobertura assistencial para 500 mil habitantes, incluindo serviços de média e alta complexidade, como cirurgia oncológica, quimioterapia, radioterapia e hemoterapia, entre outros. Estão previstas a elaboração de mecanismos regulatórios para medicamentos de alto custo em oncologia e a compra de equipamentos de megavoltagem de radioterapia.

O programa também inclui a construção de um Campus Integrado do INCA, que deverá concentrar todas as unidades do Instituto no mesmo lugar. O projeto está em fase de discussão e elaboração no INCA, sob a coordenação da arquiteta e urbanista Luiza Pessoa, que deu início a uma série de encontros com funcionários de todas as unidades do Instituto, com o objetivo de identificar as principais falhas e dificuldades de cada setor, para que possam ser sanadas no novo projeto.

A política voltada ao homem poderá ter um montante de R\$ 227 milhões, destinados a ações que englobam consultas, cirurgias, exames preventivos e planejamento familiar. De acordo com o programa, será ampliada a oferta de exames de ultra-sonografia



Rondon Velozo / MS

Inauguração do Unacon, no Acre. Mais Saúde propõe mais 20 unidades distribuídas em todo o País até 2011

da próstata, que deverá passar de 80 mil para 242 mil por ano, e as cirurgias para câncer genital, de 112 mil para 164 mil por ano.

Em relação à mulher, poderá ampliar a cobertura dos exames de colo de útero e mama. Está prevista a realização de 20,5 milhões de exames citopatológicos em mulheres com idade entre 25 e 59 anos e sete milhões de mamografias em mulheres entre 50 e 69 anos de idade.

Como uma das medidas para estruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Transplantes, o Mais Saúde pretende duplicar o número de doadores no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome). A meta é saltar dos atuais 460 mil para 920 mil até 2011. Os transplantes no SUS serão ampliados em 4,6 mil pessoas, com o número total subindo de 11,2 mil para 15,8 mil/ano.

Além disso, na área de educação para a saúde, cerca de 87 mil escolas em 3,5 mil municípios poderão contar com o trabalho de educação para a prevenção do uso de tabaco, álcool e outras drogas. Tal ação será reforçada pela regulamentação, na área da legislação, que proíbe o fumo em ambientes fechados.

A presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Sonia Fleury, criticou o PAC, por considerá-lo apenas um plano de crescimento, e não de desenvolvimento, sem grandes avanços sociais resultantes das propostas. Já para Antonio Carolo Spis, membro da executiva nacional da CUT, o PAC representa a ruptura com o receituário neoli-

beral, que privilegia as privatizações. Mas cobra o estabelecimento de metas de emprego com carteira assinada, respeito aos direitos e estímulo à qualificação das categorias profissionais.

## PRIMEIROS PASSOS

O Ministério da Saúde já autorizou a implementação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), que reunirão profissionais de diversas áreas no atendimento à população local. O Nasf ampliará o número de profissionais vinculados às equipes do Programa Saúde da Família, incluindo nutricionistas, homeopatas, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos, entre outros. O objetivo dos núcleos é complementar o trabalho das equipes do Saúde Família. Cada núcleo deverá estar vinculado a, no mínimo, oito e, no máximo, 20 equipes do SF. As equipes multiprofissionais ficarão responsáveis pela elaboração e pelo incremento das ações conforme o perfil de cada localidade.

Cabe ao município elaborar o projeto, contemplando o território de atuação, as atividades que serão desenvolvidas, os profissionais e sua forma de contratação, com especificação de carga horária, identificação das equipes do SF vinculadas e da unidade de saúde que credenciará o Nasf. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Comissão Intergestores Bipartite de cada estado. ■